



ID: 89745013

20-11-2020



Cristina Bernardo

no lucro, para 4,3 milhões de euros, penalizado pela queda do negócio do correio, o Barclays salientou que a empresa está “refém da incerteza que rodeia a nova licença e se esta irá permitir ter aumentos de preços e metas de qualidade em linha com os pares europeias”. No mesmo dia, o CaixaBank BPI afirmou que “o novo contrato é atualmente o grande ponto de interrogação sobre a empresa”, sublinhando que as ações dos CTT tiveram um desempenho 33% inferior aos das pares europeias nos três meses anteriores, um dos fatores que levaram o banco português a cortar o preço-alvo em 28%, para 2,90 euros por ação.

A combinação desse corte, do tombo nos resultados e dos alertas sobre a incerteza em relação à concessão levaram a uma desvalorização de 6,66% em dois dias, de 2,25 euros para 2,10 euros. Desde então, com o sentimento positivo nos mercados devido ao resultado das eleições nos Estados Unidos e às novidades sobre a vacina para a Covid-19, a cotação recuperou e negocia perto dos 2,33 euros.

#### O tabu dos dividendos

As quedas expressivas fizeram recordar tombos semelhantes relacionados com um antigo tema polémico nos CTT – o pagamento de dividendos – que está longe de fazer parte do passado. Se por um lado o pagamento de 342 milhões de euros em dividendos nos últimos anos é usado pelo PCP para urgir a nacionalização, por outro, alguns acionistas exigem o retomar dessa remuneração. A Maxyfield, clube dos pequenos acionistas (liderado por um ex-administrador dos CTT, Carlos Rodrigues) afirma que com *cashflow* bruto de exploração de 50 milhões de euros e *guidance* de resultados operacionais de 30 milhões para 2020, existem “espaço e folga” financeiros para distribuir os dividendos cuja proposta foi revertida na última assembleia geral, seguindo assim as “boas práticas transmitidas ao mercado pela Jerónimo Martins e pela Navigator, que convocaram as suas assembleias para aprovar o pagamento dos dividendos de 2020 que tinham sido revertidos.

Fonte oficial da empresa liderada por João Bento explicou que “no contexto de pandemia os CTT assumiram como prioridade o bem-estar dos trabalhadores e dos clientes e continuar a apoiar a economia, as pessoas e as empresas que servimos durante a crise pandémica”.

“Tendo em conta este cenário, os CTT cancelaram a distribuição de dividendos relativos a 2019. Os CTT consideram que o atual contexto ainda está rodeado de incerteza económica e uma noção pouco clara da gravidade da crise provocada pela pandemia”, frisou. ●

Assim, “se o contrato tiver condições de sustentabilidade, se os níveis de qualidade exigidos forem exequíveis (por mais exigentes que sejam) - algo que agora não acontece -, se os mecanismos de formação dos preços assegurarem a sustentabilidade do serviço e estiverem protegidos de modificação discricionária, os CTT querem ser essa entidade que presta o serviço”.

O impasse sobre o novo contrato não escapou ao radar dos analistas. A 6 de novembro, no rescaldo dos resultados dos nove meses, com um tombo homólogo de 81%

**Fonte próxima ao processo revelou ao JE que o Governo admite avançar com o controlo público para garantir a manutenção do serviço postal universal e assegurar a viabilização do OE2021 pelo PCP. CTT dizem que controlo é indiferente, o importante é “reinventar” o serviço**

ENTREVISTA MANUEL PIZARRO Líder da distrital do PS/Porto

## “O Estado deve recuperar posição de controlo nos CTT”

Nacionalização ou aumento de capital para entrada do Estado podem assegurar o serviço público, diz Manuel Pizarro.

#### LÍGIA SIMÕES

lsimões@jornaleconomico.pt

O presidente da Federação Distrital do Porto do PS defende a entrada do Estado no capital dos CTT para “acabar com a profunda degradação do serviço postal”. E deixa críticas à gestão privada.

#### Defende a renacionalização dos CTT, reclamada pelo PCP e em discussão no OE2021?

O PS/Porto defende que o Estado deve recuperar uma posição de controlo nos CTT. Esse objetivo pode ser alcançado pela nacionalização ou por outro tipo de intervenção no capital da empresa...

#### ... de que tipo?

Por exemplo, promovendo um aumento de capital reservado a uma entidade pública que também tem vantagens para os privados. Desde logo, porque o Estado põe dinheiro na empresa e fixa um preço, resolvendo o problema dos atuais acionistas não querem vender ao preço de mercado. Uma solução negociada é sempre preferível a uma guerra. O controlo pelo Estado é a única forma de assegurar que a prestação do serviço público constitui, de facto, a missão essencial da empresa. O experimentalismo irresponsável do governo PSD/CDS transformou Portugal numa cobaia, com a privatização a 100% da empresa que presta o serviço postal universal, coisa que só acontece em mais três países em todo o mundo. Não está em causa que a empresa possa ser lucrativa, como aliás acontecia quando os CTT estavam na esfera pública, mas a prioridade tem de ser a prestação do serviço, às pessoas e à economia, e não o lucro.

#### Partilha das críticas relativas à “degradação” do serviço postal?

Os relatos das populações e das autarquias e as avaliações das entidades independentes coincidem na confirmação de que há uma profunda degradação do serviço postal. Neste contexto, a distribuição de dividendos aos acionistas, de forma escandalosa acima do resultado líquido da empresa, demonstra a ganância dos acionistas, a total inexistência de uma estratégia de longo prazo para os CTT e a inoperância das entidades reguladoras. Isto é ainda mais grave quando é sabido que a gestão

dos CTT é controlada por acionistas que têm uma posição dominante, mas muito minoritária no capital da empresa, pois está muito disperso.

#### Considera que a gestão privada dos CTT falhou? Porquê?

A gestão privada falhou totalmente. A empresa piorou o seu serviço, degradou os seus resultados líquidos e desbaratou grande parte do seu património. Aliás, no espaço público não há quem defenda a ação da administração dos CTT. Os mercados fazem uma avaliação impiedosa: os CTT valeram mais de 900 milhões de euros em 2014, quando foram privatizados, e valem agora menos de 350 milhões de euros. Os CTT ficarão como um *case study* para demonstrar que, em muitos casos, a gestão pública pode ser mais capaz, mais inovadora e apresentar melhores resultados financeiros do que a gestão privada.

#### O Executivo prepara-se para prolongar a concessão do serviço postal. É agora que o Estado tem condições para recuperar o controlo público?

Os CTT preparam-se para fazer chantagem com o Estado a propósito da prestação do serviço postal universal. Mas é esse serviço que, ao longo dos anos, tem assegurado os resultados positivos da empresa que depois são rapidamente distribuídos sobre a forma de dividendos. Confio que o Governo resistirá a essa chantagem e tomará as medidas necessárias para assegurar que os CTT continuam a prestar um serviço público essencial. O serviço postal pode estar em retração, mas não há nenhum país do mundo em que tenha sido abandonado. Não vejo que seja possível que Portugal assegure um serviço postal universal qualificado e moderno sem que seja recuperado o controlo público sobre a empresa. ●



**MANUEL PIZARRO**  
Presidente da Federação Distrital do Porto do PS